

SUMÁRIO

Introdução	13
1. Capítulo Primeiro.....	15
1.1. A relação entre empresa, sociedade e governança.....	25
1.2. A teoria positiva da agência e a teoria dos custos de transação (forma de institucionalismo econômico), origens, aproximações e diferenças; e o modelo de governança que indicamos para os grupos de sociedades.....	29
1.3. Alguns esclarecimentos sobre a teoria positiva da agência.....	40
1.3.1. A identificação do problema posto.....	43
1.3.2. A proposta da teoria positiva da agência, seus pressupostos, sua metodologia e suas contribuições - não há algo como o interesse da sociedade em si e, como consequência, não há algo como o interesse do grupo de sociedades em si....	44
1.4. O controle no direito societário brasileiro e o problema de sua manifestação nas sociedades organizadas em grupos.....	66
1.5. Grupos de Sociedades.....	77
1.5.1. Os grupos de sociedades no direito brasileiro.....	82
1.5.2. O fluxo de poder nas sociedades anônimas portuguesas: limites para a atuação do acionista majoritário em face dos administradores.....	106
1.5.3. Algumas considerações sobre o direito dos grupos de sociedades português – um breve diálogo com a tese do Professor Doutor Jorge Manuel Coutinho de Abreu.....	123
1.5.4. Um olhar alternativo ao da teoria da agência e ao do institucionalismo econômico de Williamson – uma proposta de agenda de pesquisa a partir da <i>fiduciary law</i> aplicada no contexto dos grupos de sociedades.....	129
2. Capítulo Segundo.....	147
2.1. O Fenômeno Dos Grupos Societários.....	148

2.1.1.	O controle: da influência dominante à direção unitária.....	159
2.1.2.	Para além do grupo: os demais autônomos centros de imputação de efeitos jurídicos.....	166
2.1.3.	As estratégias regulatórias para os grupos societários.....	175
2.1.4.	O Código das Sociedades Comerciais de Portugal.....	200
2.1.5.	O modelo contratual brasileiro	206
2.1.6.	O modelo contratual em oposição ao modelo orgânico	225
2.1.7.	O modelo regulatório orgânico do EMCA.....	229
2.1.8.	Os grupos de fato qualificados.....	240
2.1.9.	Os grupos de fato qualificados como fatos ilícitos qualificados por uma ilegalidade.....	254
2.2.	A Tutela Inibitória Do Ato Ilícito.....	278
2.2.1.	Desmistificando a simbiose entre o fato ilícito e a responsabilidade civil.....	278
2.2.2.	O fato ilícito <i>stricto sensu</i> (cláusula geral de ilicitude).....	286
2.2.3.	A tutela preventiva do ato ilícito.....	289
2.2.4.	A tutela Inibitória e a tutela de remoção do ilícito – Uma perspectiva brasileira	297
2.3.	Estratégias de Atuação Perante o Ilícito	303
2.3.1.	O direito potestativo de recesso.....	308
2.3.2.	A nomeação de administrador provisório.....	314
	Conclusão	323
	Referências bibliográficas.....	335